



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Publicação no D.O.E	
nº. 33816	pág. 18/20
de: 02 / 08 / 2018	
Caderno: Public. Diversas	

CONSELHO DIRETOR DECISÃO Nº 335/2018	
INTERESSADO (A):	Edison Seide Pereira da Silva
ASSUNTO:	Inadimplência de Prestação de Contas no âmbito do Programa Ciência na Escola – PCE – Edital nº 001/2016 – Decisão nº 204/2016-CD/FAPEAM.
PROCESSO Nº:	01.01.016301.00000542.2018-FAPEAM

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO DIRETOR da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em reunião realizada nesta data, considerando:

a) inadimplência do Senhor **Edison Seide Pereira da Silva**, na Prestação de Contas Técnica Final, referente ao projeto “*Reaproveitamento de embalagens PET como ferramenta de educação ambiental no Ensino Fundamental*”, no âmbito do Edital nº 001/2016 – PCE;

b) o disposto na Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM, o Departamento de Acompanhamento e Avaliação – DEAC/FAPEAM sugere que o coordenador permaneça incluído no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 28 (vinte e oito) meses, a contar da data do saneamento da inadimplência;

c) o parecer nº 270/2018-ASJUR/FAPEAM, que opina pela devolução do recurso concedido ao interessado por descumprimento da Cláusula Primeira, item 1.1, subitem 1.1.8 do Termo de Compromisso e Responsabilidade e item 12, inciso VIII do Edital nº 001/2016, bem como a aplicação da penalidade prevista na Resolução nº 003/2017,

DECIDE:

I **DETERMINAR** a devolução dos valores recebidos pelo Senhor **Edison Seide Pereira da Silva**, no âmbito do – PCE – Edital nº 001/2016, na importância de R\$ 3.227,00 (três mil, duzentos e vinte e sete reais), a ser atualizado monetariamente, em razão da ausência da Prestação de Contas Técnica Final;

II **APLICAR** penalidade com a permanência do seu nome no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 28 (vinte e oito) meses, conforme disposto na Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM;

III **CIENTIFICAR** o interessado da Decisão do Colegiado;

IV **ENCAMINHAR** cópia dos autos do processo administrativo à Procuradoria-Geral do Estado – PGE/AM, em caso do não cumprimento do estabelecido no item I, com fins de recuperação do crédito aos cofres públicos nos termos do art. 2º, §3º da Lei nº 6.830/1980.

SALA DE REUNIÕES, em Manaus, 30 de maio de 2018.


Dércio Luiz Reis
Diretor Técnico-Científico
Conselheiro


Edson Barcelos
Presidente


Ordival Leite Rubim Filho
Diretor Administrativo-Financeiro
Conselheiro